



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2015

**MESA:** PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

**HORA DE ABERTURA:** 14h30 horas

**PRESENCAS:** Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

**LOCAL:** Junta de Freguesia de S. Félix

**FALTAS:** Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Manuel Maurício Costa Botas (PS), José Luís Gaspar Campos (PSD) e Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD) por motivos de ordem pessoal.



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ORDEM DE TRABALHOS

**1 – Período antes da Ordem do Dia.**

**2 - Período de Intervenção do Público.**

**3 - Assuntos da Ordem do Dia:**

**3.1** - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;

**3.2** – Análise do “Relatório de Acompanhamento do PAEL respeitante ao 4.º trimestre de 2014”;

**3.3** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração à Estrutura de Organização dos Serviços Municipais”;

**3.4** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transição da Gestão do Serviço de Águas das Freguesias para o Município – Adenda da Freguesia de Sul e Protocolos Adicionais da Freguesia de Carvalhais”;

**3.5** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Revisão ao Orçamento de 2015”;

**3.6** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de S. Pedro do Sul”;

**3.7** – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014”;

**3.8** – Orçamento Participativo – Eleição do Representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia (artigo 9.º, 1, e) do respetivo regulamento) e Nomeação do Coordenador da Equipa Técnica (artigo 8.º, 1, b) do mesmo regulamento).

#### **Correspondência recebida**

##### Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 4565 datado de 20.04.2015 referente a “Sessão Ordinária de abril de 2015”.

##### Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015;
- “Ecos da Gravia” referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2015;
- Jornal “Associação”, referente ao mês de fevereiro de 2015;
- “Jornal do STAL”, referente ao mês de março de 2015.

##### Ofícios:

- Do Ministério da Agricultura e do Mar, datado de 28.01.2015, referente a “Moção – Serviços da DRAPC”;
- Do Gabinete do Primeiro-Ministro, datado de 06.02.2015, referente a “Acusar receção de ofício”;



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Assembleia Municipal de Viseu, datado de 04.03.2015, referente a “Envio de Moção”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 19.03.2015, referente a “Envio de Cartão de delegado”;
- Do Tribunal de Contas, datado de 01.04.2015, referente a “9.ª alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas”.

#### Mails:

- Da Assembleia Municipal de Lagos, datado de 28.01.2015, referente a “Fim dos Contratos Emprego-Inserção”
- Do Deputado Municipal André Matias Almeida, datado de 30.01.2015, referente a “Justificação de ausência na sessão de 02.02.2015”;
- Da CPCJ de S. Pedro do Sul, datado de 30.01.2015, referente a “Relatório Anual de Atividades e Plano de Ação para 2015”;
- Da Deputada Municipal Patrícia Azevedo, datado de 02.02.2015, referente a “Justificação de ausência na sessão de 02.02.2015”;
- Da Comissão de Economia do Parlamento, datado de 18.02.2015, referente a “Acusar receção de ofício”;
- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 24.02.2015, referente a “Contratos de Emprego-Inserção nas Escolas Públicas”;
- Do Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, datado de 11.04.2015, referente a “Convite para Fórum”;
- Da GTI – Gestão, Tecnologia e Inovação, SA, datado de 15.04.2015, referente a “Convite para eventos”;
- Da Freguesia de Pindelo dos Milagres, datado de 16.04.2015, a informar da substituição do Presidente de Junta na próxima sessão da Assembleia Municipal;
- Do Deputado Municipal Manuel Botas, datado de 17.04.2015, referente a “Impossibilidade de comparência na sessão de 25.04.2015”.

#### Convites:

- Da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal para encontro-debate;
- Do Corpo Voluntário de Salvação Pública de S. Pedro do Sul para Comemorações do 90.º aniversário;

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, começando por colocar à votação as duas atas anteriores, porque a última sessão foi muito próxima da penúltima e não houve tempo de elaborar a ata. Suscitaram duas intervenções: a primeira, do Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues Rocha (PSD), que alertou para a ausência do seu nome na ata da sessão realizada no dia 29 de Dezembro de 2014, sendo que esteve presente; e a segunda, do Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) que, referindo-se à



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ata da mesma sessão, informou ter feito uma intervenção de duas páginas, sendo que na ata apenas constam duas linhas e meia, sugerindo que, quando alguém intervém e depois apresenta essa intervenção por escrito, a mesma intervenção conste integralmente na ata. Seguiu-se a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade as atas das sessões de Dezembro de 2014 e Fevereiro de 2015, com as correções introduzidas. De seguida verificaram-se as seguintes intervenções: o Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), começou por deixar um reparo ao presidente da Assembleia Municipal, referindo que sempre se opôs à realização da sessão no dia 25 de Abril, porque é costume as pessoas terem compromissos para este dia, exemplificando com o almoço comum que se faz na freguesia de S. Félix e a ausência das pessoas de Sul, que estão em Espanha através do rancho. Depois, prosseguiu dizendo que no dia vinte e nove de Setembro de 2013 se realizaram as eleições autárquicas, daí resultando a eleição de todos os autarcas agora ali presentes, incluindo-se a si próprio, acrescentando: “Foi dado um claro voto de confiança ao projeto que abracei, sendo que, desde aquela data, o meu pensamento apenas se dirige a todos os sanfelicenseiros que vivem e trabalham e que amam esta nossa terra. Prometi defender S. Félix e foi o que fiz desde então. Continuo a fazê-lo e farei no futuro, seja qual for a minha circunstância de vida pessoal ou profissional.”. Continuou por dizer que é presidente da freguesia mais pobre do concelho, com o orçamento mais baixo de todos: cerca de vinte e dois mil euros. E que é com vinte e dois mil euros que tem que gerir a Junta de Freguesia, tratando-se de um facto que limita as suas opções, mas que não é limite para os seus sonhos e ambições de trabalhar em prol de S. Félix, seus naturais e daqueles que adotaram a freguesia como sua. “O desconhecimento por parte de quem atravessava as nossas terras de que S. Félix é uma freguesia; muitos e variados acessos em terra batida para as habitações permanentes; água ao domicílio e saneamento deficitários; ramais de eletricidade completamente obsoletos; na povoação com maior densidade populacional, Sacados, não ia lá sequer um carro de bombeiros e não passava igualmente um carro ligeiro; por outro lado, o edifício da Junta de Freguesia bastante degradado; o cemitério completamente ocupado e sem previsão de obras de ampliação; ausência de uma casa mortuária; limitação no acesso a caminhos florestais e agrícolas; ausência de toponímia nas ruas de toda a freguesia. Colocámos água ao domicílio e saneamento em Sacados e em Vila Nova até à EN228, numa extensão de mais de três quilómetros, esperando que seja feita a sua continuação; requalificamos o edifício da Junta de Freguesia e respetiva área envolvente; atribuímos nomes às ruas e colocamos as respetivas placas; requalificamos o chafariz e colocamos um painel em azulejo no coração da freguesia, com várias imagens que contribuem para que a memória da comunidade perdure no tempo e seja o orgulho das novas gerações; realizamos melhoramentos em caminhos agrícolas e florestais, que são alternativas em povoações, como é o caso de entre o Casal e Vila Nova e o caminho entre o Alvarinho e Mondelos, com conclusão recente de um troço, faltando apenas 20%; realizamos alcatroamentos, calcetamentos e alargamentos em diversos lugares da freguesia, como é exemplo a rua da Candosa, rua dos Alfaiates, rua dos Carpinteiros, rua dos Outeiros, rua do Casal Bom de Cima, rua do Casal Bom de Baixo, rua do Soito, rua da Fonte Antiga, rua da Quebrada e rua do Sobral; neste momento todas as habitações próprias, exceto uma habitação em Nespereira, bem conhecida por todos, têm pavimentação realizada; resolvemos o problema da casa dos Monteiro, que consistia num entrave para a freguesia de S. Félix e para alguns



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lugares da freguesia de S. Pedro do Sul; construámos uma casa mortuária em colaboração com outras entidades.” Assim, finalizando, refere que só lhe resta agradecer, agradecendo a todos que integram os órgãos da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, a todos que cederam terrenos de forma gratuita para as obras públicas, a todos os habitantes e residentes em S. Félix, a todos que de forma direta ou indireta contribuem para o desenvolvimento daquela terra, à sua família e ao apoio que dela recebe diariamente. Continua, dizendo que igualmente foi dado um voto de confiança eleitoral ao Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, aludindo às promessas que fez e que não podem ser esquecidas, exigindo para a freguesia de S. Félix a concretização dos seguintes compromissos: “alcatroamento da estrada que liga a EN228 a Vila Nova, com a respetiva ligação à freguesia de Vila Maior e Pinho; requalificação da estrada da Igreja ao Casal, com a construção do muro à frente do cemitério; continuação do saneamento e águas ao domicílio na freguesia.”. Manifesta a esperança nessas obras, associando-se à sua concretização, porque as pessoas assim o almejam e assim o merecem. E lança mais algumas intenções futuras para a freguesia, desafiando o Presidente da Câmara Municipal a criar um museu e centro interpretativo nas instalações da antiga escola primária de S. Félix e em conjunto com outras escolas do concelho, fazendo as diferentes ligações entre elas através de percursos pedestres; e com o outro desafio a passar pela criação de uma praia fluvial no sítio designado por “Poço da Galinha”, na confluência entre o rio Sul e o ribeiro da Água Fria, junto à povoação de Ribas. E termina com um lema muito do seu agrado: “a nossa terra é o nosso maior bem, é a herança que recebemos dos nossos pais e dos nossos avós, é o nosso presente e o nosso futuro.” Seguiu-se, a passagem e visualização de um filme sobre a freguesia de S. Félix. A Deputada Municipal Maria Paula A. M. Carvalhas Correia Santos (PSD) iniciou por dar as boas vindas a todos e agradecer a oportunidade de intervir numa terra que é sua por adoção, porque é no Jardim Infantil de S. Félix que exerce a sua profissão. Introduziu um primeiro assunto, manifestando que seria muito proveitoso se as crianças do seu estabelecimento de ensino pudessem estar presentes, contudo, não sendo possível, entregava à senhora vereadora com o pelouro da Educação, Teresa Sobrinho, um trabalho elaborado pelos seus alunos, apelando às autarquias para que: “enquanto houver crianças não desertifiquem as aldeias, porque eu, na qualidade de profissional da educação, no dia em que deixar de haver crianças nas aldeias, serei a primeira, de forma articulada com as autarquias, a dizer que não se justifica, que se devem racionalizar os recursos.”. E, por se tratar da comemoração do dia 25 de Abril, deixou novo apelo: “Nós, deputados municipais, independentemente da nossa cor política, estamos aqui na defesa dos interesses do concelho, devemos estar todos atentos e devemos participar de acordo com as nossas possibilidades nas atividades que ocorrem no concelho, sejam atividades na área da educação, desporto ou cerimónias solenes. Hoje é um dia importante e eu fiquei um bocado triste. Durante as cerimónias oficiais, no Salão Nobre, falaram na cooperação institucional, falaram na assertividade, que o município estava a colaborar e com a preocupação de trabalhar com as associações, com as instituições, com os particulares. É do conhecimento dos senhores deputados que está em marcha a organização de um Agrupamento de Bombeiros de S. Pedro do Sul, em que duas associações estão empenhadas e que dentro das suas possibilidades têm colaborado com o município. Quero acreditar que não foi propositado, mas hoje de manhã, os senhores presidentes, o da Câmara Municipal e o da Assembleia Municipal, com duas instituições presentes, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários e o Corpo



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Voluntário de Salvação Pública, no meu entender não trataram de forma digna as duas associações, passando pelo estandarte da Associação Humanitária a correr.” E complementa dizendo que o senhor presidente da Câmara Municipal, num direito que lhe assiste, possui um gabinete de apoio, onde existe uma pessoa extremamente empenhada no bom sucesso do agrupamento, esperando que o futuro passe por concertar o que hoje aconteceu, com soluções mais articuladas, porque a sua preocupação é com os bombeiros, uma vez que, durante a manhã, teve que lidar com a revolta dos bombeiros e pôr água na fervura, porque também exerce as funções de presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários. O Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD) destacou uma situação ocorrida na Avenida Sá Carneiro, junto à Escola Secundária, onde detetou a existência de uma sinalética vertical a proibir o corte à esquerda, exceto transportes escolares, quando, por sua vez, na sinalização horizontal, continua a ter lá o STOP, porque tem que cortar à esquerda, ou numa ou noutra, o que induz as pessoas em erro, sendo uma situação que se deve corrigir rapidamente. E, sobre outro assunto, chamou a atenção para o realcatroamento levado a cabo no troço que vai do cimo da Av. José Vaz em direção ao caminho de Drizes, afirmando que o nível da estrada ficou mais alto do que o passeio, situação que deve ser corrigida e que assim provoca constrangimentos aos peões, sobretudo nos dias de chuva, porque se acumulam charcos de água. E termina com uma pergunta: “quanto é que custou esse realcatroamento?” O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) manifestou a intenção de pautar a sua intervenção através de três aspetos essenciais. O primeiro aspeto é sobre a mais-valia para o município da criação de um Espaço do Cidadão, manifestando-se positivamente em relação à iniciativa e considerando que os novos serviços vão ao encontro das necessidades das populações e que possibilitam a extensão de competências por vários pontos do concelho: S. Pedro do Sul, Termas de S. Pedro do Sul e Santa Cruz da Trapa. Depois, um segundo aspeto, prendeu-se com a apresentação das contas da Termalístur, referindo não caber à Assembleia Municipal a discussão das ditas contas, contudo, de acordo com a declaração pública em que assumiu o compromisso de chamar à Assembleia Municipal o presidente do Conselho de Administração da Termalístur, deixa então a intenção de o convocar, caso ele manifeste disponibilidade, no momento em que as contas forem apresentadas, enfatizando ainda que a Termalístur anuncia um resultado líquido de exercício e um lucro de exercício que já não apresentava há muitos anos, o que se reflete no sucesso das termas, da região e sobretudo no sucesso da empresa municipal e do nosso concelho. Por fim, no terceiro aspeto abordado, o deputado municipal destacou a apresentação das contas da Câmara Municipal referentes ao ano de dois mil e catorze, clarificando que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul mostrou um resultado de exercício positivo quase três vezes superior ao ano de dois mil e treze. E finaliza com a seguinte reflexão: “da mesma forma que nesta Assembleia Municipal os deputados do PS e do PSD assinalam alguns pontos que o executivo camarário tem que melhorar, não podemos, depois do executivo e da Termalístur em parceria com o executivo terem realizado tão bom trabalho, que beneficia todos os munícipes e todo o concelho, deixar que esse trabalho passe em claro nesta Assembleia Municipal, ao abrigo de análises contabilísticas que as pessoas nem sempre percebem bem, dado o carácter técnico das mesmas, mas no final o que importa é o que está colocado no relatório e contas e esse resultado foi positivo, quer nas contas da Termalístur, o que já não era há muitos anos, quer neste resultado ótimo e na redução da dívida que esta Câmara conseguiu fazer e que é muito importante.” O



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) começou por se referir ao proferido anteriormente pelo deputado municipal André Matias, reforçando que não é agora que vai falar sobre as contas da Termalitur e da Câmara Municipal, reservando esses temas para o período certo, ou seja, mais à frente na ordem dos trabalhos da sessão. Passa, em seguida, por abordar a instalação da Loja do Cidadão, recorrendo-se da experiência pessoal para dizer que o projeto, em Viseu, começou muito bem, mas que agora está a acabar muito mal. Depois, sobre o igualmente exposto pela deputada municipal Paula Carvalhas, voltou a considerar que o Presidente da Câmara Municipal, por vezes, tem pouco cuidado com o uso das palavras, com as atitudes e com os comportamentos, trazendo a exemplo o sucedido com a corporação de bombeiros acima falado. Envereda por outro assunto, mencionando o anúncio da interposição de uma providência cautelar no tribunal, contra o encerramento das escolas do 1º ciclo de S. Félix, Serrazes e Valadares, afirmando que, posteriormente, através de uma reunião de Câmara privada, ficou-se a saber que o Presidente da Câmara Municipal terá dito que afinal não interpôs providência nenhuma e que teria sido apenas para pressionar o governo e as autoridades, sendo que agora veio novamente para a comunicação social dizer que afinal colocou a dita providência cautelar. Nesse sentido, o senhor deputado Mário Almeida solicita esclarecimentos e pede para lhe serem mostrados os documentos correspondentes, porque alega ter consultado o dossier judicial da Câmara Municipal e não encontrou informação sobre a providência cautelar. O Deputado Municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS) afirmou que admira o facto do executivo municipal conseguir fazer obras por todo o concelho, reduzindo simultaneamente a dívida municipal em três milhões de euros e a dívida da empresa municipal Termalitur em um milhão de euros. E acrescenta: “Eu, enquanto presidente de Junta, sou testemunha disso, pois, na minha freguesia, foram feitas algumas pequenas, mas muito importantes obras.”. Continua para reiterar a sua concordância com o executivo camarário, enfatizando que: “é ir fazendo obras conforme as necessidades imediatas das freguesias e das populações e conforme o dinheiro que se tem disponível para o efeito. Estou muito satisfeito da forma como este executivo tem trabalhado, esperando que assim continue até ao fim do mandato e, haja muito ou haja pouco, consigam dividir por todas as freguesias de uma forma justa e equitativa, porque quando há uma boa relação entre Junta e Câmara e boa vontade, por vezes, com pouco consegue-se fazer muito.” O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a proposta que a seguir se transcreve: “Do que nos é dado saber, em dois mil e catorze, foram elaborados mil e duzentos pedidos únicos, correspondendo a mil e duzentos agricultores, na sua grande maioria pequenos agricultores, que se candidataram na quase totalidade às seguintes candidaturas: MAAZD’s, que são Medidas de Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas; o Regime de Pagamento Único, que os agricultores conhecem por RPU; POC, que são Prémios de Ovinos e Caprinos; VALC, que são Prémios à Manutenção de Vacas Aleitantes; e as Medidas Agroambientais, que é aquela fundamental que os agricultores, nas zonas mais serranas, não podem do meu ponto de vista perder. Neste novo quadro houve a introdução de novas ajudas, mas a manutenção de algumas, como por exemplo, as MAAZD’s que eu falei, que continuam a estimular a pequena agricultura, incentivando e apoiando quem ainda desenvolve a atividade agropecuária e se esforça para subsistir em zonas de montanha. Certo de que conhecem bem o concelho de S. Pedro do Sul, que este é predominantemente serrano, onde os grandes e pequenos ruminantes, principalmente as raças autóctones, conseguem



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resistir. Dada a pobreza dos solos e da vegetação que os caracteriza, a área onde os animais são alimentados desde tempos imemoriais são revestidos por espécies espontâneas, especialmente urze e carqueja de reduzida dimensão, no máximo cinquenta centímetros de altura, sendo com toda a verdade a base alimentar dos animais explorados pelas populações serranas, que daí retiram a sua única fonte de rendimento. De referir que as ajudas ao rendimento são um valioso apoio para a desertificação acentuada das povoações serranas, não sendo maior ou total. Existem alguns jovens agricultores que se instalaram aproveitando os apoios dos quadros anteriores, mas que, apesar do imenso gosto que nutrem pelo mundo rural e pela serra, serão obrigados a abandonar estas áreas de pastagem, que ficarão sem controlo e sem manejo e muito mais suscetíveis ao flagelo dos incêndios. As medidas de apoio e as ajudas ao rendimento que servem para ajudar a fixar as populações neste território, tendem a perder essa capacidade, dadas as alterações trazidas pelo atual quadro. São agora aplicadas ao nível da superfície, de forma mais genérica e abrangente, o regime de pagamento base e o GREENING e as MAAZD's. Relativamente ao que se encontra publicado, e no que concerne à elegibilidade das ocupações culturais, as áreas serranas deixam de ser elegíveis para qualquer ajuda. Com base na revisão do parcelário, foram classificadas como pastagens arbustivas e não são elegíveis para nada. Estes territórios, que sempre alimentaram milhares de cabeças de gado, deixam de poder ser considerados como superfície forrageira, e por isso não são elegíveis como tal. Existem projetos de instalação de jovens agricultores, que foram aprovados para produção de bovinos arrouqueses, bem como para caprinos de raça serrana, quase exclusivamente baseados nestas áreas, e que agora não podem beneficiar das mesmas ajudas. É de uma injustiça de toda a ordem, para não dizer incoerente, até porque, há dois ou três anos, o que era considerado para alimentação animal, agora deixa de o ser. Existem também muitos pequenos agricultores que iniciaram períodos de compromisso de cinco anos, que o IFAP, no âmbito das MAAZD's, totalmente baseadas em áreas de pastagens pobres, particularmente o baldio. Com as novas regulamentações a implementar nesta campanha, estes terrenos têm elegibilidade... zero! Ou seja, não são elegíveis, o que obrigará a devolver as ajudas recebidas nos anos anteriores. Nestas circunstâncias, e por tudo isto, só irão provocar uma redução, até mesmo o desaparecimento total das explorações pecuárias serranas e a intensificação da desertificação destes territórios. Porque este constrangimento é francamente prejudicial para os agricultores de S. Pedro do Sul, e de acordo com o teor deste manifesto, a Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, reunida em sessão ordinária de vinte e cinco de Abril de dois mil e quinze, propõe o seguinte: que seja proposta a elegibilidade, pelo menos, para as MAAZD's (Medidas de Apoio aos Agricultores em Zonas Desfavorecidas) dos terrenos de pastagens pobres, agora classificadas como pastagens arbustivas, e elegíveis como superfície forrageira; e que se faça chegar o resultado deste manifesto a sua excelência o senhor presidente da República, primeiro-ministro e ministro da agricultura." O Deputado Municipal António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), começou por elogiar as contas do município, enaltecendo a forma de gestão do executivo camarário que, contrariando as opiniões que mandavam fazer obras para o concelho sem olhar à redução da dívida, conseguiu, não apenas reduzir a dívida em três milhões de euros, como fazer obra por todo o território concelhio. E continua com as provas dadas na freguesia de Serrazes. Finaliza com as seguintes palavras: "Não venho aqui para agradecer nada ao senhor presidente, porque foi obrigação dele e de todos nós trabalhar para as populações, mas





## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

penso que todos nós temos o direito de reconhecer os maus momentos, assim como devemos igualmente felicitar pelos bons momentos, com Serrazes a reconhecer aqui publicamente o esforço que o senhor presidente fez na Câmara Municipal e por aquilo que investiu na nossa freguesia e que continua a investir.” O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) deu início à sua intervenção para em nome da freguesia de Valadares, convidar todos os autarcas e munícipes para o lançamento da Rota da Laranja (PR8), intitulada Rota dos Sabores e das Tradições, a ter lugar no dia 26 de abril, pelas nove horas, em Valadares, contando com a participação das comunidades e a apresentação das suas potencialidades agrícolas, turísticas e diversidade das suas paisagens, deixando para o período da tarde um momento cultural com um intercâmbio entre o Grupo de Valadares com o Grupo de Valadares de Vila Nova de Gaia e a participação da Tuna da Universidade Sénior de S. Pedro do Sul. O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) fez a seguinte intervenção: “Senhoras e Senhores deputados todos temos bem presente a sessão da Assembleia Municipal de 10-02-2014, no Centro Social e Paroquial de Manhouce e as arrogantes, perniciosas e contundentes declarações então aí proferidas pelo grupo parlamentar do PSD, sobre o que se teria passado no dia 8 do mesmo mês entre o cidadão Pedro Dias de Vasconcelos Soares que exerce as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, deputado Municipal e outros munícipes daquela localidade e cito algumas dessas afirmações: “ agressão física do que foi alvo”, “ que leva a que o mesmo hoje aqui não esteja presente”; “tal agressão foi baseada em questões políticas”; “ no ano em se comemoram 40 anos da revolução de Abril, não podemos sequer imaginar que situações como esta possam ocorrer”; “manifestamos a nossa mais profunda indignação”; “ mostram-nos o longo caminho que ainda temos de percorrer para a vivência democrática seja uma realidade efetiva no nosso País”; “ a situação ainda nos parece mais execrável, pois a agressão perpetrada atinge igualmente a população de Valadares” etc. Como é possível fazer afirmações desta natureza numa sessão de uma qualquer Assembleia Municipal, senhores deputados do PSD fazer política de terra queimada não; há limites e os senhores por vezes deixam a racional e partem para o irracional. O povo é sábio e diz: a verdade é como o azeite vem sempre ao de cima. Só ficaria bem ao grupo parlamentar do PSD vir dizer que afinal se equivocaram e apresentarem um pedido de desculpas, mas não está no vosso ADN, lamentamos, porque o que queriam era atingir politicamente o maior partido desta assembleia o PS. Enganaram-se, o PS é o partido político baluarte da democracia, esteve e sempre estará na primeira linha em defesa desta e não recebe lições de nenhuma espécie daqueles que em alturas muito difíceis da democracia portuguesa se esconderam na esquina mais próxima e se alguns apareceram foi pela sombra e envergonhadamente. As partes do conflito apresentaram queixa e dirimiram em sede de Inquérito junto dos Órgãos de Polícia Criminal e Tribunal Judicial os factos e aí temos as suas conclusões: arquivamento do Inquérito por desistência da queixa por parte do assistente e ofendidos e esta aceite, pelos arguidos nos termos do artigo 116.º n.º 2 do Código Penal, porque não basta o assistente desistir é necessário o arguido ou arguidos aceitarem. Nos termos do art.º 515.º n.º 1 al. d) do CPPenal foi o assistente condenado em taxa de justiça por fazer cessar o Inquérito por desistência. Afinal as tão propaladas agressões de índole político resumiram-se em ofensas corporais simples, mútuas, ameaça verbal e injúrias, mas que em nada tiveram com questões políticas, mas apenas e tão só meramente pessoais e ocasionais. Senhores deputados do PSD: a vossa montanha pariu um enorme rato, que este



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lamentável sucedido sirva para memória futura e que haja mais cuidado em fazerem certas declarações em sessões de um Órgão como a Assembleia Municipal, sem haver o mínimo de cuidado quanto à veracidade das mesmas. Senhoras e Senhores Deputados. Afinal e contrariando os maus agoiros da oposição, S. Pedro do Sul é um concelho em revolução no bom sentido e evolução sistemática, apesar da situação financeira não caótica mas sim catastrófica que este executivo e esta maioria encontraram. Caiu por terra a política do foguetório de pólvora seca que a comissão política do PSD tentou transmitir para a opinião pública, quando numa conferência de imprensa convocada com pompa e circunstância, falaram em muita parra e pouca uva, esta corroborada pelo primo do primo Abílio e do grupo parlamentar do PSD. Dessa revolução e evolução dou apenas 4 exemplos na rede viária: Pavimento das Estradas, Landeira em Santa Cruz da Trapa, Sacados em S. Félix, Torre com ligação às estufas do empresário Vasco Pinto em Vila Maior e Bondança em Manhouce. Senhores deputados um empresário do nosso concelho deu em Junho de 2013 um entrevista à revista Portugal Inovador da qual vou ler dessa um pequeníssimo excerto: “ a nossa equipa de trabalho é composta, maioritariamente por jovens. O que sinto é que não há o mínimo apoio da Câmara Municipal para a fixação dos mesmos nesta região. A estrada para esta empresa continua cheia de buracos, obrigando-os a vir a pé para a empresa. Infelizmente estes acessos são o reflexo perfeito da política da Câmara” fim de citação. Este executivo em cerca de 1 ano e meio de mandato, conseguiu fazer o que outros executivos anteriores não fizeram em mandato ou mandatos completos porque não puderam ou não quiseram, inclino-me mais para esta segunda situação. Estamos a falar da estrada que liga do lugar da Torre às estufas do empresário Vasco Pinto, é a terceira maior empresa a proporcionar empregos no nosso concelho com cerca de 70 e deste cerca de 85% são emprego a jovens e cuja empresa os anteriores executivos nunca visitaram o que é lamentável. Deixamos aqui e agora um repto ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal, para quando houver disponibilidade, mandar colocar pavimento em cerca de 400 metros que restam para que as freguesias de Vila Maior e Pinho fiquem interligadas por esta via, o que muito ajudaria o acesso dos funcionários á firma acima referida, estes e a população em geral ficarão muito gratos a V. Ex.<sup>a</sup>” O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), sentindo-se visado pela intervenção anterior, solicitou a palavra de forma a exercer o direito ao contraditório e, dirigindo-se ao deputado municipal Custódio Rocha, perguntou-lhe quem lhe teria encomendado o discurso e acrescentou que a sua situação no processo citado não vai merecer mais comentários, porque os tribunais estão e servem para tratar desses casos, exigindo mais respeito por si e pelo grupo parlamentar do PSD. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) interveio a propósito do assunto evocado pelo deputado Custódio Rocha, para referir que a democracia não tem dono e que, se o Partido Socialista é um partido democrata, não pode deixar de perder o sentido da solidariedade. Acrescenta ainda que, no momento, possuíam as informações de como as coisas aconteceram e que era dever denunciar, tomando uma posição de solidariedade e de denúncia, independentemente de quem quer que fosse e de que partido fosse. Finaliza que o grupo parlamentar do PSD trabalha com as pessoas e para as pessoas e, assim, pugnam sempre pelo dever da solidariedade e do respeito mútuo. O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) solicitou a palavra e, sobre o mesmo assunto, esclareceu ao deputado Pedro Soares que nunca foi sua intenção beliscar a sua pessoa, e que apenas referiu o seu nome porque o mesmo



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi citado na Assembleia Municipal realizada em Manhouce. E remete para a ata o que na dita sessão se declarou, reafirmando que se tratou de uma questão política e não pessoal. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD) começou por clarificar um assunto discutido na sessão da Assembleia Municipal anterior, ocorrida em S. Martinho das Moitas, sobre o abastecimento de água ao domicílio no lugar de Vila Nova, em que o senhor vereador e o senhor presidente da Câmara Municipal disseram que a água em Vila Nova estava disponível e que ninguém tinha ainda pedido a água, acabando por mencionar, após aturada resenha do historial do processo, que tinha na sua posse cópia dos requerimentos dos pedidos de água por parte de alguns munícipes presentes na sala. E acrescenta: “quem está a mentir não sei, o que sei é que no dia 23 de Abril de 2015 a Câmara Municipal fez uma informação aos munícipes por causa da água ao domicílio.”. Em seguida passa a clarificar outra situação, que se prende com o reiterado caso de dois idosos da freguesia que residem na confluência da EN228, ambos com problemas de saúde, caso que igualmente volta a historiar, para depois concluir: “senhor presidente da Câmara Municipal, tenho plena certeza de que a maior parte das pessoas aqui presentes com mais de 60 anos abdicam da viagem que o senhor vai fazer para ajudar estes idosos a ter as obras feitas no acesso à sua casa.”. E termina a sua intervenção com mais um dos assuntos recorrentes: o saneamento da freguesia de S. Félix, que, após nova retrospectiva, informa de um e-mail recebido por parte do senhor vereador Francisco José de Matos, que diz o seguinte: “Em referência ao assunto acima mencionado, junto em anexo a prevista localização da fossa e a da lagoa. Este envio vem na sequência da explicação da Junta de Freguesia e da eng.<sup>a</sup> Carmo Soares e eu próprio, acompanhado pelo senhor presidente da Junta, onde se fez a pré seleção do local a ser desmatado. A Câmara Municipal procedeu à limpeza do terreno ontem, dia 23, com os meios de que dispõe, tendo o terreno sido vistoriado pela técnica já referida.”. Depois, conclui com a alusão à reunião pública de Câmara, ocorrida em Figueiredo de Alva, onde o senhor presidente da Câmara Municipal teria passado a ideia de que a Junta de Freguesia não comprou o terreno, esclarecendo que não era possível a Junta de Freguesia de S. Félix ter comprado o terreno, porque apenas ontem (dia 23 de Abril de 2015) os serviços camarários enviaram por e-mail a localização do terreno a comprar. O Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD) referiu-se à forma como certos deputados do Partido Socialista e comunicação social abordaram as contas da Câmara Municipal, dando a impressão que a Câmara realizou um milagre financeiro, ou seja, que consegue pagar muitas dívidas e realizar muitas obras. E continua: “para se poder pagar obras feitas é preciso ter receitas.”. Depois verifica haver muitos presidentes de Junta satisfeitos com as obras, mas contrapõe com a sua experiência pessoal, dizendo que percorre diariamente grande parte do concelho de S. Pedro do Sul e constata que a obra não é assim tanta, reconhecendo apenas haver algumas obras de manutenção. E finaliza: “A única obra nova que se verifica é aquela que eu chamo a variante do Sporting, que começou no ano passado e que devia ter terminado no ano passado. Pergunto: que prorrogação de prazo é que foi feita para a obra ser concluída? Quando está previsto ser terminada? E um aspeto financeiro: com o alargamento dos prazos de construção, vai haver correções de preços?”. O Presidente da Câmara Municipal começou por aludir ao conteúdo do vídeo apresentado no início, e concluiu que a freguesia de S. Félix não tem mais necessidade de obras, porque foram passadas imagens de todas as povoações e verificou-se que tudo estava feito, alertando ainda para a evidência: “o



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certo é que se viu muita obra feita para uma freguesia que se diz ter tão pouco dinheiro, mas, na quase totalidade, a verdade é que essas obras foram feitas com o dinheiro da Câmara Municipal, que o senhor presidente da Junta apresentou como se fossem unicamente da Junta de Freguesia.”. Depois, em relação a promessas para a freguesia de S. Félix que o seu respetivo presidente imputou ao senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, especialmente a realização da estrada de Vila Nova e o muro de suporte ao cemitério, foi respondido que isso não estava escrito em lado nenhum, muito menos o compromisso com a obra do muro de suporte do cemitério, mas que agora sim deixava uma promessa: “vocês para o ano vão ter a estrada de Vila Nova alcatroada, porque somos nós que estamos na Câmara Municipal e temos as nossas prioridades e entendemos que a obra nessa estrada é prioritária.”. Seguidamente aborda as muitas necessidades evocadas para a freguesia de S. Félix, lembrando que a Câmara Municipal executou recentemente muitas obras, passando a destacar: “o alcatroamento de toda a povoação de Sacados, a execução das valetas em Vila Nova que tardavam, um muro no Casal de S. Félix que há muitos anos estava caído, a água para a povoação de Vila Nova que finalmente lá chegou”. E completa, dizendo que S. Félix não é uma freguesia esquecida no rol das obras da Câmara Municipal. Finalmente, no caso do acesso à casa dos dois idosos, o senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul esclareceu que as obras no caminho já estão entregues à empresa de empreitadas Irmãos Almeida e Cabral, sendo que a autarquia concelhia vai assumir na íntegra as despesas com os arranjos e respetivo alcatroamento, que acontecerá a breve prazo e sem haver necessidade da Junta de Freguesia colaborar nas despesas. Reportando-se, depois, ao abordado pela deputada Paula Carvalhas sobre a questão ocorrida com a corporação dos bombeiros, o Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul atribuiu-lhe toda a razão e considerou ter-se tratado de um lapso, mas não um lapso da parte do presidente, explicando em seguida: “nós tínhamos as duas corporações de bombeiros: uma corporação do lado esquerdo e uma corporação do lado direito. Cada uma das corporações tinha o seu comandante à frente, e depois havia um comandante de todos. Esse comandante de todos fez uma volta connosco em torno dos bombeiros e disse-me que eu tinha que parar em frente de uma primeira bandeira. E foi isso que eu fiz. Depois, quando fui a passar na bandeira seguinte, ele podia ter-me alertado que também era necessário parar em frente aquela bandeira.”. E aceitou a crítica construtiva, alegando dever ser corrigida da próxima vez, porque não foi de todo propositado. Mais esclareceu que, tanto da parte da Câmara Municipal como do seu presidente, o envolvimento para que o problema dos bombeiros seja resolvido é total, de forma a poder beneficiar toda a população. Passando, entretanto, ao proferido pelo deputado Luís Rocha, sobre a questão da sinalização, remeteu a sua resolução para o senhor Vereador Francisco José de Matos, por ser a pessoa mais competente para o efeito. E, relativamente ao alcatroamento da obra referida, informou que o preço foi de vinte e cinco mil quatrocentos e catorze euros, onde já se inclui o alcatroamento do parque escolar e as respetivas pinturas. No tocante à intervenção do deputado André Matias, em relação à Loja do Cidadão e Espaço do Cidadão, foi informado pelo senhor presidente da Câmara Municipal que na próxima quarta-feira irá assinar, em Leiria, um acordo com a AMA para a implementação de três Espaços do Cidadão no concelho: um ficará situado no edifício dos Paços do Concelho, outro no edifício da Termalitur nas Termas e o outro no edifício da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa. Depois alude a um conceito diferente, que são as Lojas do Cidadão, cuja o Estado quer



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instalar no edifício do Palácio da Justiça, acrescentando que é uma opção do Estado e que a Câmara Municipal não teve qualquer intervenção na decisão, querendo lá estabelecer numa primeira fase os serviços de Finanças e da antiga Conservatória, só que tem havido problemas no processo: “as Finanças, por um lado, não querem ir para lá, e a Conservatória, por outro lado, não quer abdicar de todo o espaço que tem, de forma que é um problema que o estado deverá resolver.”. Em seguida, continua e faz ainda alusão a outro possível serviço: “haver carrinhas que passem pelas aldeias mais recônditas do nosso concelho, podendo assim resolver os problemas das pessoas.”. Ainda, no que diz respeito ao Espaço do Cidadão, elenca os serviços que lá podem funcionar: “os serviços da ADSE, serviços da Caixa Geral de Aposentações, determinados serviços da Segurança Social, serviços do Portal do Cidadão, Direção Geral do Consumidor, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, serviços do IMTT, Autoridade para as Condições do Trabalho, Inspeção Geral das Atividades Culturais, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, ou seja, possibilidade de se poderem marcar consultas e inscrições no Centro de Saúde, serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional, venda de bilhetes de determinados transportes públicos, Direção Geral do Ensino Superior, Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, serviços da Via Verde, são estes os serviços básicos facultados nesses novos espaços.”. De novo, sobre o que o deputado André Matias disse em relação à Termalitur, o Presidente da Câmara Municipal clarificou que a empresa municipal não dava lucro há muitos anos e que este ano o lucro existiu e foi superior a cento e tal mil euros, porque durante o ano houve mais clientes e mais faturação, com a Termalitur a abater na sua dívida em mais de um milhão de euros. Prosseguiu e disse: “estes são valores que nos interessam reter, porque se a Termalitur continuasse a ter prejuízos, o que ia acontecer em dois mil e catorze é que a Termalitur ia fechar as suas portas, e assim teríamos que mandar todas as pessoas que lá trabalham para as suas casas... Os funcionários da Termalitur e, consequentemente, os funcionários de toda a hotelaria envolvente, porque ela só funciona se houver aquistas.”. E, enfim, sobre as contas da Câmara Municipal, em dois mil e catorze, reserva todos os comentários para o período apropriado da sua discussão, afirmando apenas que a dívida foi reduzida em mais de três milhões de euros e que contra factos não há argumentos. Sobre tudo o que disse o deputado municipal Mário Almeida, constata que é possuidor de um “síndrome” político, que é o anti Partido Socialista”, apenas elogiando a medida para instalação da Loja do Cidadão. Depois, por causa de ter dito e escrito sobre as palavras, atitudes e arrogâncias do presidente da Câmara Municipal, este contrapôs com o seguinte: “a agressividade que uma pessoa por vezes demonstra aqui surge em função daquilo que se ouve do lado contrário, e também com o empenho que nós colocamos nas coisas.”. E, por fim, em função do referido sobre a providência cautelar, o Presidente da Câmara Municipal respondeu com a disponibilização de um documento adicional e esclarecedor: Foi dito, por equívoco, numa reunião particular que não houve uma providência cautelar, mas foi um equívoco e é claro que interpusemos uma providência cautelar, o que não houve foi a instauração da ação principal.” No que diz respeito ao convite formulado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, apenas respondeu que aceita o desafio e que é com todo o gosto que vai estar presente na caminhada. Com relação à intervenção do deputado municipal Custódio Rocha e as suas declarações sobre a agressão ao autarca Pedro Soares, refere que se vai abster de comentar o assunto. No entanto, por outro lado, sobre a questão da empresa agrícola e o acesso às suas



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estufas em Pinho, o senhor presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul exortou o deputado municipal e o autarca de Pinho a levarem para a freguesia a notícia de que se compromete a mandar alcatroar essa estrada para o ano que vem. Entrou, depois, na resposta ao presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, para dizer que ele falou em “mentira” e que essa palavra tem uma conotação muito forte, explicando que no trabalho de autarca existem muitas ocasiões em que se fala de vários assuntos, mas que não há a intenção de mentir e que não é mentiroso. E no caso da água de Vila Nova, remeteu a resposta com todos os esclarecimentos para uma intervenção do Vereador Francisco José de Matos. Passando para outra situação, relacionada com as obras na estrada de acesso à casa dos dois idosos, voltou a frisar que a Câmara Municipal já adjudicou a obra a um empreiteiro e que, devido à poupança feita em outras iniciativas, possuem verba suficiente para pagar a obra sem que seja necessário dividir as despesas com a Junta de Freguesia de S. Félix. E, acrescentou, por causa do proferido sobre o passeio para os idosos, que existe no concelho uma falange de pessoas mais idosas, que têm necessidade de conviver entre si, com a Câmara Municipal a servir de promotor para juntar essas pessoas, que em condições normais não se encontrariam. Por fim, sobre a questão do saneamento de Sacados, informou que a tubagem foi metida antes das eleições anteriores e sem qualquer tipo de projeto, e disse mais: “havia fundos disponíveis, do Estado e comunitários, com participações de 80 a 85%, para o saneamento e depois para a reposição do alcatrão. Sabem o que aconteceu? Com a ânsia de fazerem obras porque havia eleições a seguir, escavaram as estradas, fizeram buracos e meteram tubagem sem qualquer tipo de projetos e de qualquer maneira, quando havia verbas comunitárias para fazer isso. E fomos nós, com a herança de uma Câmara Municipal endividada com 26 milhões de euros, a termos que pagar na totalidade o alcatroamento para tapar os buracos das tubagens.”. Ainda, em relação à fossa, confirma que a questão da fossa se vai resolver: “a Junta de Freguesia comprometeu-se a comprar o terreno, a Câmara Municipal comprometeu-se a construir a fossa, e se houver lugar a candidaturas aos fundos comunitários nós vamos restituir o dinheiro à Junta de Freguesia.”. E, enfim, sobre as palavras do deputado municipal Manuel Casais, comentou que as coisas não aparecem em forma de milagre, mas sim que são fruto de muito trabalho, poupança e abnegação à causa pública. Refere que a poupança é uma característica deste executivo camarário: “andamos em cima das situações e poupamos onde outros não o fizeram, e exemplifico com o facto de a Câmara Municipal ter andado a pagar electricidade de algumas escolas do 1º ciclo que estão desativadas há muitos anos; ou que pagava os contadores daqueles semáforos que estão desligados há anos; encerramos duas instalações de serviços onde a Câmara Municipal pagava rendas e electricidade delas sem necessidade; conseguimos reduzir a avença de um advogado da Câmara Municipal que cobrava três mil euros e conseguimos arranjar outro a ganhar mil e quinhentos euros e que faz o mesmo trabalho; eu posso dizer que o gabinete do presidente da Câmara tinha TV Cabo, mas eu não tenho tempo para ver televisão e a televisão que lá estava já saiu e está agora no pavilhão municipal, mas pagava-se; posso dizer que havia lá telefones confidenciais pelos quais se pagava, mas nós não temos necessidade de telefones confidenciais... Poupou-se em tudo isso. [...] E só assim é que se conseguiu poupar três milhões de euros em um ano.”. Finalizou com a abordagem à apelidada “variante do Sporting”, dizendo que a obra foi entregue ao empreiteiro através de um concurso público, que é um facto que se encontra atrasada e que o empreiteiro já está notificado para o pagamento de coimas e multas, adiantando que não há correções de preços



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e que a obra atrasou porque foi preciso dar fogo, porque surgiram complexidades com a EDP na passagem da electricidade e porque o empreiteiro não estava a cumprir na íntegra com o projeto e houve necessidade de desmanchar e reconstruir certas coisas que estavam feitas. Mais elucidou: “Foi uma obra lançada por nós, em que conseguimos obter fundos do último quadro comunitário europeu na ordem dos 85%, mesmo para a aquisição dos terrenos e construção da obra.” O Vereador Francisco José de Matos deu resposta ao solicitado pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, informando que, de acordo com os dados sobre as requisições da água, dispõe de: “uma requisição de dois mil e doze, da parte da cabeça de casal da herança de Armindo Martins Rodrigues; e dois pedidos de dois mil e quinze, por parte de Carlos Manuel Esteves Araújo e Henrique Rodrigues da Silva.”. No primeiro caso, explicou, o pedido não pôde ser satisfeito por duas razões: ao tempo não se encontrava em funções autárquicas e nem a Câmara Municipal tinha ainda água para fornecer. E no segundo caso, referiu que um dos pedidos já foi satisfeito e o outro sê-lo-á em breve, assim que se fizer uma extensão do ramal. E acrescenta que não existe mais nenhuma requisição de água, dispondo-se a facultar ao senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Félix os documentos que possui. Seguidamente dá conta de uma informação que fez distribuir pela população de S. Félix: “É certo que enviei uma informação aos munícipes de Vila Nova dizendo-lhes quais os documentos que teriam que apresentar na Câmara quando fizessem a requisição da água, uma vez que suponha – e suponho – que as pessoas sabiam que a água estava disponível, poderiam era não saber que documentos é que teriam que apresentar.”. Depois, em relação à fossa e saneamento de Sacados, declara que as explicações proferidas pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Félix são elucidativas, no entanto ressalva: “o e-mail que enviei ao senhor presidente referia que eu falei com a engenheira que esteve no local comigo e consigo, tendo dito que a limpeza do espaço teria que ser feita pelo senhor presidente. Eu ultrapassei isso e, esta semana, mandei proceder à limpeza do terreno, porque isto é de pessoas para pessoas e não de gladiadores para gladiadores. E eu ainda tive o cuidado de lhe perguntar, por telefone, quem é que ficou responsável por limpar o terreno. E o senhor presidente disse: eu não! Eu não fiz mais nenhuma questão e mandei lá os meus serviços para limpar. Limparam, a senhora engenheira fez uma pré-verificação do terreno e estava conforme. Tive então o cuidado de lhe enviar um e-mail com a localização da fossa, com a área previsível que será necessária para a fossa... E, mais, uma vez que o senhor presidente tinha ficado de proceder à aquisição da fossa, eu disse-lhe que, se o projeto fosse eleito, uma vez que o projeto é para candidatar aos fundos comunitários europeus, a Junta de Freguesia seria reembolsada do investimento que fizesse com a aquisição dos terrenos.”. Finalizou com a resposta aos pedidos de esclarecimento do senhor deputado municipal Luís Rocha, informando, sobre a sinalética na Av. Sá Carneiro, que: “quero que saiba que esse sinal que diz ter proibição para a esquerda, já lá teve por três vezes a placa a dizer que é para trânsito pesado, só que a placa desaparece.” O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix, que corroborou as palavras do Vereador Francisco José de Matos e aproveitou para voltar a realçar a sua esperança na realização a curto prazo das obras de saneamento e abastecimento de água ao domicílio na sua freguesia, registando com agrado a promessa do Presidente da Câmara Municipal com a situação dos dois idosos e o alcatroamento de Vila Nova no próximo ano.



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: O senhor Américo Gonçalves interveio agradecendo o orgulho em receber na sua freguesia a sessão da Assembleia Municipal, acrescentando que sempre foi contra a união das freguesias, mas que não entende a razão de S. Félix, sendo uma das freguesias mais pequenas do país, não ter sido agregada a S. Pedro do Sul ou Vila Maior. E pergunta porquê. Depois passou a ler um apontamento histórico, que enquadra a revolução do dia 25 de Abril de 1974 e a passagem do seu 41º aniversário. Agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal iniciativas como a de hoje, salientando a importância de ouvir as pessoas e as suas dificuldades. E deixa alguns apelos: “Senhor presidente, por favor, dê prioridade às aldeias com mais dificuldades; não faça como o senhor Adriano que discriminou pessoas e aldeias em benefício de Carvalhais.”. Termina com um exemplo pessoal, relatando que, nos anos dois mil, receu construir casa própria na freguesia de Sul, e num local com acessibilidades impróprias, mas que, incentivado por um colega natural de Carvalhais, decidiu avançar com a obra, porque lhe foi garantido que o anterior executivo camarário tinha sempre em atenção a realização de caminhos para as casas construídas na freguesia de Carvalhais, concluindo que, apesar das reuniões com os anteriores autarcas, já se passaram quinze anos e o caminho continua igual: em terra batida, que durante o inverno os carros não podem passar porque patinam na lama. Diz que se sentiu politicamente desprezado, pretendendo agora que seja melhorado o acesso automóvel a sua casa. O senhor José Gonçalves, natural da freguesia de S. Félix expôs uma situação relacionada com o alcatroamento na rua dos Alfaiates, que considera estar mal feito e que ninguém assume a resolução do problema. E solicita ao presidente da Câmara Municipal que, conforme se comprometeu com outras obras, se comprometa igualmente com a correção do desnível da estrada em relação às habitações. O senhor Armando Figueiredo referiu ter já abordado por duas vezes os fiscais da Câmara Municipal para se deslocarem às suas propriedades, sitas na rua dos Alfaiates, porque caíram pedras da estrada para cima dos seus terrenos e estragaram umas videiras, solicitando que lá se coloque uma caixa de água para apanhar as águas que escorrem da estrada e as encaminhe para uns canos mais abaixo, evitando assim mais derrocadas. E refere ter alertado os empreiteiros, que procederam ao alcatroamento da estrada, para colocarem um bocadinho de alcatrão de modo a evitar a inundação dos seus terrenos e o encaminhamento da água para um ponto mais à frente, mas que eles nada fizeram. Alerta que o caminho está a descair para os seus terrenos e que são as pedras que estão a segurar o alcatrão. E conclui explicando que a obra foi mal feita e que quem está a ser prejudicado é ele. O Presidente da Câmara Municipal comprometeu-se a ir ao local verificar o ponto da situação e o que se pode resolver a curto prazo. Seguiu-se outro município, senhor Agostinho de Almeida Gaspar Gralheiro, que cumprimentou todos os presentes, começando por dizer que a sua vida sempre foi motivada por três valores: solidariedade, coerência e ética. Entrou então no assunto que o levou a intervir e continua para enquadrar a situação, que começou em trinta e um de Janeiro do ano dois mil, com a receção de uma carta do município a dar conta da abertura de um estradão a ligar Coelheira a Lourosa, cujos trabalhos passariam nuns terrenos seus e com um pedido para reunião sobre negociação da cedência dos terrenos. Negociaram e o senhor Agostinho Gralheiro refere ter colocado as suas condições para passarem nos seus terrenos: “era repor e restaurar os muros que me iam derrubar, recolocar os marcos, deixarem uma passagem no muro para o estradão, recuperação de uma





## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mina de água e me facultarem nova planta, que veio e que igualmente nada dizia.”. E essas condições foram aceites pelo executivo camarário de então por carta enviada no dia vinte e seis de Março de dois mil e dois. Acrescenta que: “a partir desta data nada mais foi feito: a estrada foi aberta, mas os muros ficaram por levantar, os marcos não foram colocados... E tenho ao longo dos anos escrito para a Câmara a pedir solução.”. Adianta que, ao longo dos últimos onze anos, tem vindo a ser contactado por diversos órgãos autárquicos para doar terrenos: “e eu dei cerca de dois mil e quinhentos metros quadrados de terrenos para alargar caminhos. Mais informou que, por sugestão de um engenheiro municipal, entrou em contacto com o gabinete do presidente através de e-mail enviado no dia dezanove de Abril de dois mil e doze, sendo que se deslocou aos Paços do Concelho para marcar uma entrevista com o então presidente da Câmara Municipal, mas que nada disso veio a acontecer. Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal convidou o senhor Agostinho Gralheiro para um encontro futuro, de forma a melhor conversarem e a ter acesso a cópias de todos os documentos desse processo. E aproveitou para esclarecer que, além da dívida de vinte e seis milhões de euros, herdaram igualmente as dívidas de compromissos, exemplificando com a dívida para com o senhor Agostinho Gralheiro, informando que dívidas dessas aparecem todas as semanas na Câmara Municipal, sendo gastos acrescidos e que não foram contabilizados. Seguiu-se, na ordem das intervenções do público, o senhor José Pinto, que saudou e agradeceu aos presentes, começando por dizer que vai fazer um ano em Junho que pediu ao presidente da Junta de Freguesia para mandar colocar sinalética com a indicação do lugar do Alvarinho no lugar do Entroncamento. Reivindica ainda, junto das entidades autárquicas, dinheiro para aquisição da sinalética e para a limpeza dos caminhos públicos do Alvarinho. Fala ainda de um caminho antigo, que os mais idosos diziam existir e que vinha de Sul ao Alvarinho e daí passava por Sacados até S. Pedro do Sul, comentando que se alargou o caminho até ao meio e daí para a frente esqueceram a obra: “não sei se foi por falta de dinheiro se por falta de vontade.”. Mais informou da existência de um aqueduto no Alvarinho, que ficou danificado em resultado de umas obras que lá se fizeram, esclarecendo que, há uns dois anos, a água escorreu e provocou a queda de uns terrenos e caminho que servia algumas casas, sendo que, alertada a Junta e a Câmara, foram lá e levantaram parte das terras, perguntando em seguida: “e o resto das terras quem as tira? Tenho sido eu sempre. E eu não sou nenhum cantoneiro da Câmara nem da Junta de Freguesia.”. E pede para que naquele lugar se levante um muro de um metro e meio ou dois metros, de forma a segurar as terras. A senhora Fernanda Correia começou por abordar umas obras realizadas no lugar do Entroncamento, freguesia de S. Félix, referindo-se ao carácter interessante do painel construído, mas criticando a forma como colocaram o chafariz. Alega que é proprietária da casa ao lado do chafariz e que, após as obras e a passagem do chafariz para trás do painel, surgiram infiltrações de água nos seus terrenos e nos alicerces da sua casa, podendo provocar problemas futuros. Alerta ainda para uma nascente que surgiu decorrente das obras, no meio do caminho e em frente do portão feito nessa altura, que corre para a estrada e valeta junto a sua casa. Declara que já preveniu os serviços camarários e o próprio executivo, sendo que a situação tem sido colocada ao construtor, que se disponibilizou para solucionar o problema, mas já passaram anos e nada resolveu, tudo continua na mesma. E outra questão, agora relacionada com o saneamento e o abastecimento de águas, que passa por muitos pontos da freguesia, mas que não chega ao Entroncamento, inclusive que a água para se fazer o comer é preciso ir buscá-la ao chafariz. O senhor António



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mendes Almeida iniciou a sua intervenção com um apontamento histórico sobre o lugar do Entroncamento, referindo que, no passado, foi um lugar de comércio por excelência, porque as pessoas que se deslocavam do norte para S. Pedro do Sul paravam no Entroncamento e lá faziam os seus negócios da resina, gado, lãs... Depois salienta que a povoação do Entroncamento foi das últimas aldeias da freguesia de S. Félix a ser servida por energia elétrica e, agora, apesar de estar a dois quilómetros da cidade, ainda não tem saneamento nem abastecimento de água aos domicílios, reivindicando essa necessidade básica para os habitantes da povoação do Entroncamento. E apresentou esse direito em forma de abaixo-assinado, que entregou à mesa da Assembleia Municipal. Tornou a salientar o esquecimento a que o lugar do Entroncamento tem sido votado e lançou a pergunta: “porquê que, aquando da reorganização do território, não se anexou a freguesia de S. Félix a nenhuma outra freguesia? [...] Ninguém olha para S. Félix porque tem poucos eleitores e para mim o problema está aí.”. Salienta que a freguesia tem comércio importante, com três restaurantes frequentados por gente de dentro e de fora do concelho; destaca uma empresa de jardinagem, um stand de automóveis, uma empresa de contabilidade e um conjunto de casas devolutas que, se houvesse infraestruturas, as pessoas iam para lá viver. Queixou-se das infraestruturas e dos serviços camarários no despejo e limpeza das fossas. Sugeriu igualmente que se coloque uma indicação junto ao painel do Entroncamento a informar que o chafariz se encontra nas traseiras do mesmo. Abordou outra situação, alegando que o anterior executivo camarário se comprometeu a fazer determinadas obras nos seus terrenos junto ao painel e que, após várias insistências e reclamações nos serviços municipais e destes junto do empreiteiro, nada foi ainda feito. Continua e fala noutra questão, tratando-se de um muro de uma propriedade sua junto à estrada de Sul que ameaça ruir, tendo sido informado que o muro não era de suporte da estrada, mas sim muro de vedação, dizendo então: “se o muro é meu e de vedação, eu vou tirá-lo e quero ver o que acontece à estrada.”. Argumenta que o muro é de suporte da estrada, pois só a parte de cima é de vedação, porquanto se a parte de baixo não cair a de cima também não cai, aludindo que é um problema que se pode vir a colocar. E termina com a vontade de ver respondidas todas as solicitações escritas que os munícipes dirijam aos serviços da Câmara Municipal. O Presidente da Câmara Municipal respondeu, primeiro, ao senhor José Pinto, para dizer que a questão por si suscitada vai ser analisada. Depois à senhora Fernanda Correia, que a sua questão da água vai ser igualmente verificada. Por fim, ao senhor António Almeida, foi-lhe dada toda a razão no tocante ao abastecimento de água e ao saneamento, salientando que isso é um problema que não assiste apenas ao Entroncamento, mas sim a muitas aldeias do concelho: “Bordonhos não tem saneamento, Vila Maior não tem saneamento, Figueiredo de Alva não tem saneamento, Carvalhais não tem saneamento... Há uma série de freguesias que não têm nada.”. Continua e salienta que temos um concelho grande, com muitas freguesias e aldeias e que não vai ser fácil, a curto prazo, levar a água e o saneamento a todo o lado, mas que o investimento está a ser feito e que no futuro vai dar frutos. Sobre a questão de escrever para os serviços camarários e não obter resposta, o senhor presidente afirma que, de modo geral, as solicitações estão a ter resposta, coisa que não acontecia no passado. No concernente a compromissos para trabalhos que não foram cumpridos, refere que é o “prato do dia” e que está a lidar com a situação. Não atribui razão ao munícipe António Almeida quanto ao muro de Travanca, esclarecendo que o mesmo foi pago na totalidade pelos donos da propriedade e que a Câmara apenas deu algumas pedras, que não



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todas, porque os próprios engenheiros tinham dúvidas em dizer se o muro era municipal ou do dono da propriedade. Depois, em relação ao muro da propriedade do senhor António Almeida, salienta que a informação que lhe passou pelas mãos é que o muro de suporte à estrada, portanto a parte de baixo, não está em perigo de aluir, sendo que apenas está em causa a parte de cima, e todos os muros que estão acima da via são particulares, daí que a Câmara Municipal não pode assumir esse ónus. E mais esclareceu: “Se a parte de baixo ruir, nós nessa altura temos que levantar tudo.” O senhor Manuel Martins pediu a palavra e usou-a para reivindicar a reposição de uma iluminação pública, que existia junto de sua casa e que foi desligada e posteriormente danificada, alegando que a EDP se comprometera a restabelecer a iluminação naquele local, mas que o assunto caiu no esquecimento e que nada fizeram até ao momento. Informou ainda que, durante a noite, o ambiente fica extremamente escuro e que é lugar de encontro para contrabandistas de gado, acontecendo desentenderem-se e discutirem, provocando insegurança em quem ali mora, motivos que evoca para a reposição da iluminação pública naquele lugar. Levanta outra questão relacionada com os esgotos a céu aberto que correm junto de sua casa e em direção a um ribeiro, atraindo às imediações grande quantidade de melgas e mosquitos e provocando maus cheiros, pedindo que se tomem providências para solucionar o caso. Interveio o senhor António Grijó, que, de forma resumida, iniciou por se lamentar de um incêndio que lhe consumiu dois barracões, no que posteriormente se dirigiu aos serviços municipais para solicitar a emissão de licenças: “os fiscais foram lá e viram tudo o que eu havia de fazer, marcando-me nas licenças que eu podia pôr chapas vermelhas e não brancas.”. E continuou: “Ultimamente foram lá novamente e disseram: sim senhor, está tal e qual nós lhe dissemos.”. Ainda refere que tentou fazer tudo o mais rápido possível, porque tem as vacas e o pasto para guardar. Agora, informou ter recebido duas cartas da Câmara Municipal a mandar remover as ditas chapas: “quando há lá no povo tantas chapas clandestinas, quando há lá tanto entulho e obrigaram-me a tirar o meu.” Em resposta ao senhor António Grijó, o Vereador Francisco José de Matos explicou que a referida obra encontrava-se em contravenção, acrescentando que, pelo facto de haver outras na mesma situação, isso não significa que a do senhor António Grijó não estivesse clandestina. Informou ainda que os fiscais procederam a um levantamento de todas as obras semelhantes que igualmente estavam em contravenção. E que o levantamento já se encontra realizado, aguardando se é preciso um processo simples de licenciamento ou se basta uma comunicação prévia. “Está a proceder-se ao levantamento de todas as obras clandestinas que lá estão feitas e, quando o levantamento estiver concluído, vamos ter que agir em conformidade. Não fui eu que fiz a lei, mas sou eu que a tenho que cumprir.”.

#### ORDEM DO DIA:

#### **3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;**-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

#### **3.2 – ANÁLISE DO “RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL RESPEITANTE AO 4.º TRIMESTRE DE 2014”;** -----



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) considerou tratar-se de um documento algo complexo e de difícil interpretação, pelo que pediu um esclarecimento acerca do documento em geral. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço referiu tratar-se de um relatório que deve ser enviado trimestralmente e com conhecimento dado à Assembleia Municipal, onde surge a evolução de todos os indicadores que foram previstos aquando da celebração do acordo do PAEL, quer na maximização da receita, quer na redução da despesa, acrescentando que, em termos gerais, a autarquia sampedrense está a cumprir todos os indicadores. -----

#### **3.3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO À ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS”;** -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, com **20 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **1 votos contra** do deputado municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), e **13 abstenções** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), aprovar a proposta mencionada em título.-

#### **3.4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “TRANSIÇÃO DA GESTÃO DO SERVIÇO DE ÁGUAS DAS FREGUESIAS PARA O MUNICÍPIO – ADENDA DA FREGUESIA DE SUL E PROTOCOLOS ADICIONAIS DA FREGUESIA DE CARVALHAIS”;** -----

O Deputado Municipal Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) agradecendo iniciou por esclarecer que se



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vai reportar à transição das águas para a freguesia de Sul e que não quer colocar em causa a atuação de qualquer das autarquias, porque estão a defender os seus interesses. Mas acrescenta: “por aquilo que li, saiu o Euro Milhões à freguesia de Sul como único totalista e com prémio acumulado de várias sessões.”. E continua por questionar qual “taluda” saiu às freguesias de Pindelo dos Milagres, Carvalhais / Candal ou Santa Cruz da Trapa / S. Cristóvão de Lafões, manifestando a vontade de não terem que ser as outras freguesias a “pagar a fava”. Depois considera que, em face do rol de obras previstas na adenda a Sul e no protocolo com Carvalhais, as outras freguesias vão sofrer, porque não vai haver verbas disponíveis para as obras de que precisam. Alude então a um acordo verbal que possui com o senhor presidente da Câmara Municipal: “para a realização de três ou quatro obras pequeníssimas, que não estão traduzidas em papel, mas espero que a palavra conte.”. Passa, em seguida, a indicar um conjunto de obras que foram feitas dentro da freguesia de S. Pedro do Sul, mas que considera serem obras que valorizam o concelho por inteiro e não apenas a freguesia, exemplificando com as obras da pavimentação do parque de estacionamento do Centro de Saúde, repavimentação do trecho entre o “Pingo Doce” e o “Intermarché”, a pavimentação do novo Centro Escolar e a nova variante da EN227 a ligar a Av. Sá Carneiro. Contrapõe que todas essas obras feitas na área da freguesia de S. Pedro do Sul são obras concelhias e que não podem ser atribuídas à Junta de Freguesia: “eu quando vou pedir obras e digo que são para o Outeiro da Comenda, Arcozelo, Azival e Bandulha, Bairro da Ponte, Povos do Alto, Ranhados, Travanca, Pouves, Maçarocas, Anciães, Baiões no seu todo, Quintela de Várzea e Várzea no seu todo, Termas e Cadaval, Lameira, Drizes, Negrelos... Algumas têm que ser atendidas. Agora estou com receio é que, com base nestas obras previstas nas Uniões de Freguesias em que houve transição de águas, que receba a resposta: nós temos um protocolo assinado e agora temos que o cumprir.”. E ainda deixou uma sugestão: “na sede do concelho nem devia haver Junta de Freguesia, porque eu estou na Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul para passar atestados, para limpar ruas, para emitir licenças de ruído e para gerir dois cemitérios.”. Concorda com as compensações previstas às pessoas com a adenda de Sul ou o protocolo de Carvalhais, contudo insurge-se contra os acordos ou contratos que se desajustam da lei, trazendo à colação o exemplo: “se por uma imposição legal se privatizam as águas de Sul, sendo que os órgãos autárquicos de Sul discordam e exigem serem reembolsados em duzentos e cinquenta mil euros: será que este acordo se sobrepõe a um Decreto-Lei? Tenho dúvidas.”. O Deputado Municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS) apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: “No que diz respeito ao conteúdo deste protocolo conseguiram fazer um magnífico negócio com a autarquia. Quando comecei a somar os valores, principalmente das obras que o município fica obrigado a fazer depois desta adenda ser aprovada, voltei a ler e a reler a mesma, pois tinha dúvidas sobre se a adenda se refere à gestão de serviço de águas ou se era da transição de gestão de um poço de petróleo, já que os valores das obras ascendem a setecentos e cinquenta mil euros. Face aos dados apresentados na adenda anexa ao protocolo, tenho algumas dúvidas que gostava que fossem esclarecidas pelo senhor presidente da Câmara. No ponto 2.2 diz que as contrapartidas globais acordadas correspondem à receita bruta que a freguesia de Sul auferia com a gestão da água, tendo como referência os doze meses do ano. Logo a seguir diz que os valores a transferir do município para a freguesia de Sul serão no mínimo, porque podem vir a ser mais, três mil trezentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta cêntimos mensais, valor este



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que eu suponho ser referente ao valor bruto que a Junta de Freguesia receberia se fosse ela a fazer a gestão da água resultante do consumo de água, acrescidos de mil e quinhentos euros também mensais respeitantes à utilização das infraestruturas existentes e construídas pela Junta de Freguesia. Portanto, estou de acordo nestes dois valores, só não compreendo o porquê de tantas contrapartidas a nível de obras. E, neste aspeto, apenas retiro o valor investido na retificação da estrada municipal nº 559, entre Sul e o Ervilhal, que, como diz na adenda, é esta e outra que liga a Estercada a Quintas de Trás da Serra, que já se encontravam planeadas pelo município, ou seja, faziam parte do programa eleitoral do Partido Socialista. Com isto não ponho em causa a necessidade de se efetuarem essas obras na freguesia de Sul, o que ponho em causa é se, fazendo todas estas obras na freguesia de Sul e atendendo às dificuldades financeiras do município, ainda sobrar dinheiro para fazer obras nas outras freguesias, nomeadamente na minha. A não ser que o município também tenha setecentos e cinquenta mil euros para a minha freguesia! Aí já me calo. Por tal, como as duas estradas da freguesia de Sul, que atrás referi, já se encontravam planeadas, eu relembro o senhor presidente da Câmara que também a estrada de S. Pedro do Sul a Pinho e de Pinho a Mosteirinho e Sobral também lá está. Assim, se é para cumprir o programa eleitoral, também tem que ser feita. Agora, fazendo um pequeno resumo, se o município vai transferir o valor do consumo da água, o valor respeitante à utilização das infraestruturas, vai suportar as despesas dos contratos com a EDP nos furos que usam eletricidade para tirar água e das reparações da atual rede, não sei o que mais aqui fica por pagar. Então porquê de tantas contrapartidas em obras? Outra questão que quero colocar, face às constantes queixas por parte do senhor presidente da Câmara da falta de fundos disponíveis para a realização de obras, os vai ter para realizar obras em Sul durante o presente mandato autárquico, já que o protocolo assinado, que vai ser posto à votação, assim o obriga? Por tudo o que disse até aqui, e porque está aqui todo o executivo para me corrigir se me enganei, o município, ao cumprir todo o protocolo, e volto a relembrar, a adenda assim o obriga, penso que estará a hipotecar, para não dizer aniquilar, todas as obras que estariam previstas neste mandato para a minha freguesia. Logo, não poderei votar favoravelmente um ponto que, no meu ponto de vista, não defende os meus interesses como presidente de Junta, os interesses da minha freguesia nem de todos os pinhenses, que jamais me perdoariam por tal ato pleno de injustiça.”.O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) começou por dizer que vai votar favoravelmente à adenda de Sul. Considera, contudo, que só peca por um lapso: “Esqueceste-te, José Pedro, de fazer a ligação Oliveira – Trigal – Sá, que tão necessária é para estabelecer a ligação Carvalhais – Sul, e assim evitar vinte quilómetros de percursos em estrada, quando o podemos fazer em cinco quilómetros.”. Envereda depois pelo assunto relativo ao protocolo de Ribas, recomendando que se votassem em conjunto na generalidade, uma vez que as pessoas que cederam água gratuitamente à Junta de Freguesia para que esta a distribuisse pela povoação são em número reduzido e os protocolos serão idênticos: “eles vão ser ressarcidos em proporção às horas que tinham de água na sua herança de regadio em número de metros cúbicos no consumo.”. Apela, depois, para que a Câmara Municipal proceda à reparação de umas poldras que existem no rio Sul e que fazem a ligação entre Ribas e Sacados: “porque há pessoas de Ribas que vão à missa a S. Félix e porque há pessoas de Sacados com ligações a Ribas. Enquanto não peço a ponte, peço para recuperarem as poldras.”.O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Junta de Freguesia de Sul (PSD) esclareceu que a dita adenda surge a título compensatório pela transferência de património da Junta de Freguesia de Sul para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Acrescenta que: “para o município vão ser transferidos quilómetros de rede de tubagem de água, catorze reservatórios, cerca de mil contadores de água, tudo investimentos feitos desde mil novecentos e sessenta e cinco para cá.”. E mais: “[...] se verificar na parte contabilística da Junta, duvido que encontre gastos da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul em tubagem de água, enquanto nós, desde essa data, tivemos outras opções de investimento na água. E agora é claro que temos de ser ressarcidos com as devidas compensações por causa disso.”. Depois comparou os investimentos em Sul com a obra de acesso a Negrelos, em S. Pedro do Sul, que orça em cerca de setecentos mil euros para pouco mais de um quilómetro de estrada, enquanto em Sul, os setecentos mil euros vão ser usados em mais de quinze quilómetros de estradas, considerando que algumas das obras já eram compromissos que o executivo municipal tinha para com as populações e a freguesia de Sul. Lembrou ainda que, de acordo com as transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, no ano de dois mil e catorze, a freguesia de Sul apenas recebeu pouco mais de duzentos euros, sendo que a União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões recebeu cerca de trinta e dois mil e quinhentos euros. E termina dizendo que a freguesia de Sul, no plano de atividades para dois mil e quinze, não tem nenhuma obra contemplada. O Deputado Municipal Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) em resposta à anterior intervenção, salientou que, sobre as transferências que a Junta de Freguesia recebeu, cerca de vinte e três mil euros veio a partir de uma dívida que a Junta do PSD deixou, cuja urgia pagar, porque, caso não pagasse, teria que desembolsar cerca de cento e tal mil euros. E mais esclarece: “A antiga Junta de Freguesia de Várzea tinha um projeto PRODER que deixou uma dívida de trinta e tal mil euros para pagar. E eu não tinha meios nem fundos e tive que pedir um subsídio à Câmara Municipal.”. E igualmente lembrou que a antiga Junta de Freguesia de Baiões, em Junho de dois mil e treze, transferiu para a Câmara o serviço de águas e todo o investimento sem grandes compensações. Depois considera que o investimento feito pela Junta de Freguesia de Sul foi para servir os fregueses e que os mesmos continuam a ser servidos, independentemente dos serviços serem transferidos, porque o património está lá e continua a ser do povo, a ser do município e dos fregueses. Apelou para que todos fossem realistas e solidários, insistindo que somente pede pequenas obras para a sua freguesia, porque está ciente de que, se pedisse mais, estaria a prejudicar as outras freguesias. O Deputado Municipal José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD) interveio para insistir que a estrada que vai ser feita em Sul vai beneficiar igualmente a União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio, sendo extremamente necessária para as pessoas que circulam naquela área. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço aproveitou para esclarecer que, através da transferência de águas destas quatro freguesias para o município, mantendo-se todos os consumidores durante o processo de transição, a Câmara Municipal vai ter uma receita adicional, porque a tarifa das freguesias é menor do que aquela que é praticada pelo município. Esclareceu, primeiro, que nenhum protocolo existente se sobrepõe a um Decreto-Lei e, segundo, que as obras só serão feitas se houver fundos disponíveis. O Deputado Municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS) voltou a usar da palavra para perguntar: “se não houver fundos disponíveis, como é que depois vão indemnizar a Junta



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Freguesia de Sul no valor das obras que não forem executadas?”. Explicando, o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço mencionou que as obras podem ser contratualizadas para quando houver fundos disponíveis: “nós podemos abrir uma obra e executá-la quando houver fundos disponíveis.”. O Deputado Municipal Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: “São dois documentos que estão em discussão para votação. Eu abstenho-me em relação a Sul e voto a favor em relação a Carvalhais.”. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, com **27 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira Figueiredo (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), **1 voto contra** do deputado municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), e **6 abstenções** dos deputados municipais, Manuel Gomes Ferreira (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), aprovar a proposta mencionada em título.-----

#### **3.5 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2015”;**-----

Não se tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

#### **3.6 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE S. PEDRO DO SUL”;**-----

O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “A ARU pode ser uma situação que vem desbloquear a questão da renovação e da requalificação das habitações particulares da nossa cidade e a ligação às Termas. A ARU de S. Pedro do Sul, que vocês têm em mãos, é





## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constituída por toda a zona principal de S. Pedro do Sul, vai até à entrada de Negrelos, estende-se ao longo da Estrada Nacional nº16 até às Termas e apanha todo o núcleo habitacional das Termas. Com isto pretendemos, no novo quadro comunitário de apoio, candidatar tudo o que possam ser obras públicas: estamos a falar no novo parque da cidade, na nova estrada de Negrelos caso não consigamos aprovação de candidatura nesta fase, na requalificação da Estrada Nacional nº16 entre S. Pedro do Sul e as Termas e em possíveis percursos pedonais que a Câmara Municipal venha a realizar entre as Termas e S. Pedro do Sul. De forma que, em termos de investimento público, é uma importante base de trabalho, porque, sem isto, não poderíamos avançar para as candidaturas de que vos falei. Mas, depois, na parte dos particulares, é igualmente benéfica, porque todos os proprietários de habitações ou comércios podem fazer candidaturas, em que poderão beneficiar com isenção de IVA, passando de 23% para 6%, podem beneficiar de isenção de taxas municipais, assim como também isenção de IMI durante alguns anos e isenção de IMT. E é uma base importante, porque, sem isto, não podíamos trabalhar, quer ao nível do público quer a nível do privado. A fase pela qual estamos a passar é uma fase difícil para os investimentos, mas estamos a criar condições e a abrir portas para que os privados possam vir a beneficiar das suas habitações e dos seus comércios, que, como é do vosso conhecimento, na zona histórica da cidade e suas envolvências, as casas estão completamente deteriorados, inclusive com alguns em vias de ruína. Esta base de trabalho, se aprovada aqui hoje, passará imediatamente para a fase seguinte, que é a submissão à entidade pública respetiva. E uma vez aprovado, entra imediatamente em vigor. E as pessoas que têm ali habitações ou comércios poderão beneficiar de todas aquelas isenções de que vos falei. É uma boa forma de requalificarmos o nosso centro histórico, podendo ajudar os particulares a requalificar as suas propriedades.”.O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) interveio para dizer que o seu pensamento vai ao encontro de tudo o que foi dito pelo senhor presidente da Câmara Municipal, felicitando o executivo camarário por aquele documento, cuja importância estratégica é de grande valor para o concelho. E passa a ler um comunicado: “Estamos a favor deste documento, dado tratar-se de uma peça instrumental de interesse máximo, do ponto de vista público e do ponto de vista privado, pois atende à reabilitação do património edificado degradado, viário e ambiental. Felicito a Câmara Municipal pela janela que abre, especialmente dirigida aos particulares, que, em tempos difíceis, como os que hoje vivemos, mas que, com os benefícios fiscais e administrativos que está a pensar conceder, permitirá uma oportunidade excelente para recuperar o que é seu, dignificando e valorizando o património.”.O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD), que corroborou e congratulou a elaboração daquele documento, considerando que pode vir a resolver muitas coisas no concelho, sobretudo no núcleo urbano da cidade. Manifesta a expectativa em conhecer os projetos de requalificação que se vão seguir após a aprovação do documento, insistindo na importância de um bom projeto na ligação entre as Termas e o centro da cidade, que é importante para o comércio e a revitalização do núcleo urbano da cidade. O Presidente da Câmara Municipal salientou a posição elogiosa do senhor deputado Mário Almeida em relação ao documento da ARU. Depois, reportando-se às Lojas do Cidadão, lembrou que o deputado Daniel Martins, há muitos anos e em sessão de Assembleia Municipal, propôs esse projeto e que a bancada do PSD votou contra. Mais esclarece: “Vouzela pode andar à frente em algumas coisas, que não em outras, e exemplifico com a Estrada Nacional nº16 que liga Termas a



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vouzela, sendo que nós andamos há um ano e meio a pedir ao senhor secretário de estado para nos receber e ele nunca nos recebeu, quando o mesmo secretário de estado já recebeu por diversas vezes o senhor presidente da Câmara Municipal de Vouzela. Agora digam-me porquê? É que um é de cor laranja e o outro cor-de-rosa. Assim sendo, como é possível contrariar isso? Mal é quando um secretário de estado, sobre o mesmo assunto, atende um e não atende o outro.”.Não se tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

#### **3.7 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2014”;** -----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço referiu que os relatórios e contas são públicos e que foram aprovados em sede de reunião de Câmara, alertando depois para alguns valores: “Nós reduzimos a dívida para números próximos dos três milhões de euros e, se repararem, com a informação financeira transmitida, com os dados de dois mil e quinze a dívida é ainda menor. E como disse o senhor deputado André Matias, o resultado líquido em exercício é igualmente superior ao do ano passado. Além destes indicadores, que são óbvios, queria também dizer que reduzimos substancialmente o prazo médio de pagamento – recorde que a Câmara Municipal chegou a pagar em média a trezentos e a quatrocentos e tais dias – e agora pagamos em média a cento e quinze dias.”. Salienta depois um aspeto que considera primordial para a ajuda aos empresários locais: “Grande parte dos fornecedores da Câmara Municipal são de S. Pedro do Sul e se a Câmara se atrasar nos pagamentos são os empresários os primeiros a sofrer as consequências. Fomos alertados para isso e agora fazemos um maior esforço para pagar o mais rápido possível aos nossos fornecedores, de forma a que possam, em tempos de crise, ter uma melhor tesouraria.”. Destaca outro aspeto no relatório, que se prende com indicadores económico-financeiros: “São um conjunto enorme de indicadores muito importantes que foram substancialmente melhorados, indicadores esses que são aqueles para onde a banca olha quando hipoteticamente o município quer fazer um empréstimo ou para os quais olham os empreiteiros quando querem concorrer a uma obra. E, agora, que nós fizemos vários concursos públicos, eu tive feedback de outras autarquias que me disseram que havia empresas que não queriam concorrer a obras no concelho, porque tinham a noção de que S. Pedro do Sul era mau pagador, o que significa que até podíamos ter baixado os custos de algumas obras se outros empreiteiros tivessem concorrido. E não concorreram porque tiveram medo que a Câmara demorasse a pagar.”. Continuou para dizer que as contas são certificadas por um ROC (Revisor Oficial de Contas), que é o mesmo transitado do executivo anterior, mas com uma diferença: “nós renegociamos com ele e conseguimos baixar o valor da avença na ordem dos 25%.”. E conclui: “A soma de muitas reduções de despesas é que possibilita obtermos melhores dados.”. Depois, do lado da receita, esclarece que a receita arrecadada subiu de forma substancial e que foi melhor do que em anos anteriores. Lamentou que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul precise contribuir com setecentos mil euros para o FAM, com cento e dois mil euros a serem pagos já neste verão. E deu por finda a sua intervenção, dispondo-se a esclarecimentos adicionais. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) aproveitou para evocar um adágio popular: “Rico não é quem o ganha, é quem o poupa.”. E continuou: “O que se espera de uma Câmara que não faz obras? Que pelo menos pague a quem deve.”. Depois, sobre as contas



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Termalístur, perguntou se as mesmas não apareciam para a discussão, sendo informado pelo senhor vice-presidente que as contas da Termalístur são aprovadas – por imposição estatutária – em sede de Assembleia Geral e que só vêm para a Câmara Municipal para conhecimento, e que é em Julho, na próxima sessão da Assembleia Municipal, que vão ter as contas consolidadas. Foi enfim dizendo que não é do seu agrado instrumentalizar politicamente as contas, que não é técnico da área e que apenas gosta de “olhar para as contas como uma dona de casa olha para o orçamento familiar”, chamando a atenção para a propaganda do executivo camarário que alardeava a redução de despesas com pessoal, coisa que não vislumbra no relatório e contas: “Antes pelo contrário, vejo aqui um aumento de 4,78%.”. Em seguida refere que: “As despesas correntes com o município aumentaram.”. E termina por mencionar que, face a isto, só pode entender a redução da dívida por via do desinvestimento nas obras do concelho. Solicita ainda um esclarecimento acerca da venda das escolas do 1º ciclo desativadas, que rendeu trezentos e sessenta e dois euros e que considera estarem a ser “vendidas ao desbarato”. Volta a falar da redução da dívida em favor do desinvestimento e pergunta: “Andamos a falar de saneamento desde o início do mandato, até agora quantos é que foram ligados? Zero! Só vi compra de terrenos e ainda não vi saneamento nenhum.”. E conclui: “Até agora eu não vi obra de vulto no concelho e, portanto, não podia esperar outra coisa senão a redução da dívida.”. O Presidente da Câmara Municipal, sobre a aludida falta de obras, refere que a inauguração de obras no concelho é profusa, sobretudo durante os fins-de-semana. Depois esclarece que o abatimento na dívida é importante e confirma a tese da aplicação da economia doméstica à economia municipal, salvaguardando as devidas diferenças e dimensões: “Se o senhor tem empréstimos, tem necessidade de reduzir a dívida para pagar menos juros.”. E acrescenta que a Câmara Municipal andava a pagar meio milhão de euros só em juros: “Agora, imaginem, se a Câmara Municipal não tivesse dívidas, a quantidade de obras que não fazíamos só com o dinheiro desses juros.”. Quanto à questão relativa à venda de escolas, informa que os trezentos e sessenta e dois mil euros é devido à venda de escolas e de mais algumas outras situações, reforçando que: “em virtude da Câmara Municipal ter aderido ao PAEL, temos que fazer venda de imóveis.”. E enuncia uma quantidade de obras realizadas e outras em curso: “Em Santa Cruz da Trapa, ligação de Lourosa à estrada da Landeira; em S. Pedro do Sul, ligação do Pingo Doce ao Intermarché, variante da Av. Sá Carneiro à EN227, ligação a Negrelos; só uma conduta de águas que está enterrada e não se vê custou dez mil euros; o alcatroamento da estrada da Torre para as estufas; o alcatroamento de Sacados; o alcatroamento de Bondança em Manhouce; o alcatroamento de Covelas que está a decorrer; o calcetamento em Freixo; o saneamento de Santa Cruz da Trapa em Vila Nova... E mais, nós recebemos um parque automóvel caótico e obsoleto, em que a idade média dos carros todos era de vinte anos, e brevemente vão ver uma série de veículos que foram adquiridos, e não são veículos para juntar aos outros, porque os mais velhos e danificados são para dar baixa.”. Sobre a situação do saneamento e compra de terrenos, clarificou que, os técnicos estão a trabalhar nos projetos e que os terrenos só seriam comprados quando houvesse fundos disponíveis. E argumentou com os timings dos técnicos e com a falta de outros, exemplificando com a falta de topógrafos, o que vai atrasando o serviço: “Todas as freguesias têm problemas a nível de saneamento e os técnicos só fazem um processo de cada vez, de forma que os projetos estão-se a desenvolver e a realizar, mas demoram o seu tempo e eu não os posso fazer mais depressa.”. Depois criticou a oposição por reprovar a contratação de



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

técnicos fora dos serviços técnicos camarários, dirigindo-se à senhora deputada municipal Maria Ester Vargas e esclarecendo umas suas afirmações sobre a contratação de técnicos para a elaboração da candidatura e projeto do multiusos de Santa Cruz da Trapa: “Foi um bom negócio termos contratado um arquiteto fora, porque pagamos quinze mil euros por um projeto que numa situação normal custava quarenta e cinco mil euros. [...] o que se passou, e o senhor presidente da Junta de Santa Cruz da Trapa sabe muito bem, é que nós tínhamos necessidade de avançar rapidamente com o projeto para tentar candidatar a obra em overbooking, porque sabíamos que o novo quadro comunitário, que agora está em vigor, não trazia verbas para a construção de polidesportivos. E então tivemos necessidade de avançar a curto prazo e assim tentar candidatar esse projeto. Se nós conseguirmos isso, estamos a falar numa recuperação de verbas na ordem de 80% de um edifício que custa cerca de quinhentos mil euros. Só que, chegados ao momento de lançar o concurso, não tínhamos os fundos disponíveis e assim não havia hipótese de o lançar. Mais tarde houve novamente hipótese de lançar a obra, só que não tínhamos os quinhentos mil euros, tínhamos trezentos e cinquenta mil euros. E a verdade é que, mesmo assim, por trezentos e cinquenta mil euros, houve um empreiteiro que pegou na obra. Contudo, como é sabido, é preciso que, ao longo do processo, os empreiteiros entreguem alguma documentação, coisa que o empreiteiro nunca apresentou. Deixou passar o prazo e nessa altura voltamos a deixar de ter fundos disponíveis.”. Mas, apesar de todas as complicações do processo, o senhor presidente da Câmara Municipal comprometeu-se perante todos e em particular o senhor presidente da União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões a que, provavelmente, a partir de Janeiro se possa iniciar o lançamento do concurso. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço informou o senhor deputado municipal Mário Almeida tratar-se de uma obra candidatada ao POVT. Mais esclareceu, e sobre a venda das escolas remeteu para o ponto nº4 do PAEL, onde diz: “Venda de bens e serviços correntes, com uma previsão de um milhão e setecentos mil euros.”. E reforçou que o executivo camarário anterior vendeu quatro escolas e que o atual seguiu a anterior política acordada e vendeu cinco ou seis. Continuou e clarificou a questão levantada sobre o aumento de custos, argumentando com a demonstração de resultados, onde tem o total dos custos operacionais: “dois mil e catorze foi de doze milhões novecentos e noventa mil euros, e em dois mil e treze foram de treze milhões quinhentos e trinta mil, por isso não percebo como podem ter aumentado.”. Depois, em relação aos custos com o pessoal, sugere que se verifique na demonstração de resultados: “O valor de dois mil e catorze nas remunerações é de quatro milhões novecentos e setenta e dois mil euros, enquanto o de dois mil e treze foi de cinco milhões e vinte e oito mil euros. As remunerações baixaram, o que subiu foram os encargos sociais.”. E passa a explicar: “Primeiro aspeto, tivemos uma série de contratos a termo que cessaram e as pessoas saíram; tivemos que indemnizar; tivemos situações em que, apesar das pessoas terem chegado à idade da reforma e terem pedido a reforma, estiveram mais de um ano à espera e, obviamente, a trabalhar, com a Câmara Municipal a pagar os vencimentos; e em Janeiro de dois mil e catorze pagamos um subsídio de reintegração no valor de vinte mil euros ao Dr. José Sousa, porque era um direito que ele tinha e que nós pagamos. O valor das remunerações foi reduzido, aumentou o valor das prestações sociais.”. Considera que o deputado Mário Almeida fala em “obras de soleira de porta” com algum desprestígio, afirmando que nem tudo foram “obras de soleira de porta”, exemplificando com a aquisição de umas dez viaturas, sobretudo as de transportes escolares, cuja frota conta já



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com quatro novas carrinhas, que vem aumentar a segurança no transporte das crianças; e mais dois carros, três carrinhas de caixa aberta e mais um camião TIR. Mais esclareceu que as viaturas usadas foram compradas a pronto e que as novas foram no sistema de renting, porque esse sistema traz vantagens para a autarquia. Ainda informa que o município comprou vários terrenos e equipamentos de proteção individual para os funcionários da Câmara Municipal, diversos computadores, software e até andaimes. E conclui para dizer que a despesa diminuiu e que: “nos serviços básicos de comunicações, rendas, material de desgaste rápido... só num ano reduzimos cerca de cem mil euros.”. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) elogiou a apresentação do documento em análise, porque considera estar-se num rumo de “limpeza da dívida”, significando que se caminha no sentido de “um bom ato de gestão.”. Encadeia uma lógica de: “menos despesa significa menos juros e menos juros significa mais poupança, o que origina mais crédito na praça pública por fornecedores e empreiteiros na imagem da Câmara. Assim a Câmara passa a pagar em prazos mais curtos, e um empreiteiro que faça uma obra, sabendo que vai receber num prazo mais ou menos curto, ele vai apresentar um orçamento para uma obra futura muito mais barato do que apresentaria se soubesse que ia receber anos depois.”. Volta a elogiar a redução da dívida em três milhões de euros. E termina insurgindo-se contra a imposição do FAM, que considera injusta, porque as câmaras que se esforçam por ter uma boa gestão vão financiar aquelas que não se preocupam com as boas práticas de gestão. Regista ainda com agrado os índices das taxas de execução orçamental, quer ao nível das receitas, quer ao nível das despesas, que estão acima dos 80%. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) lembrou que é dia 25 de Abril e que: “liberdade não é só andar com o cravo na lapela, é também não ser escravo da dívida e não ser escravo da austeridade, por isso é preciso continuar o rumo perseguido. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) congratulou-se com o aumento das taxas de execução orçamental, porque considera que no passado os orçamentos eram muito empolados. Mas que, em relação à redução da dívida, refere que é uma tendência que vem do passado, remetendo para a análise de um gráfico patente no relatório e que o comprova, insistindo que isso tem a ver com o desinvestimento. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), que, de forma sintética, começou por se indignar com a constatação de que a oposição “não tem conhecimento de causa” em relação às contas do município, manifestando-se contra a postura da bancada social democrata sobre “a apresentação das contas, das obras e do trabalho que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul tem feito”, que: “como diria o filósofo, é uma postura da alegoria da caverna.”. Alude a uma sua anterior intervenção em sessão de Assembleia Municipal, onde mencionou ter feito uma análise e respetiva intervenção sobre as contas da altura e a dívida era de vinte e cinco milhões de euros para a Câmara Municipal, o que, considera, atendendo à dimensão do concelho e estrutura da autarquia, é uma coisa inacreditável a nível nacional. Volta a insistir no argumento da oposição, que é a falta de conhecimento de causa. E continua considerando que: “isso não é uma postura politicamente correta e não é uma postura contabilisticamente correta, e que, sobretudo, é uma postura que coloca em causa a palavra de quem profere os documentos que estão agora a ser vertidos e de quem os atesta: leia-se, o revisor oficial de contas.”. Depois, refere que se devia adotar uma postura de análise dos documentos, que seria politicamente correta, e não o que se tem feito até agora: “que é dizer que as contas não devem estar bem,



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque é o milagre das contas... E as pessoas que ouvem isso publicamente e os meios de comunicação social, começam a ouvir falar no milagre das contas e isso transparece tudo, exceto correção do executivo.”. E termina a intervenção considerando que essa “postura da alegoria da caverna” adotada pela bancada do PSD não é só nas contas, é em tudo. O Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), fez a seguinte intervenção: “quero lembrar o senhor deputado André Matias que dos vinte e cinco milhões de euros de dívida da Câmara Municipal temos dez milhões de euros que são da empresa municipal, o que dá uma dívida de quinze milhões para a Câmara Municipal e não os vinte e cinco milhões de euros ditos.”. Aborda a questão da contribuição do município para o FAM, considerando que: “não são todas as autarquias que vão ter que dar setecentos mil euros, são aquelas que tinham algumas condições financeiras, o que leva a dois fatores: primeiro, a Câmara estava dentro dos limites do endividamento; segundo, não estava em desequilíbrio estrutural e, no PAEL, aderimos ao plano dois e não ao plano um. Continua e recorda uma declaração de voto do Partido Socialista que foi exarada na ata da sessão da Assembleia Municipal do dia vinte e três de Abril de dois mil e doze, onde o mesmo partido se regozijava com a gestão das contas da autarquia de então. E conclui para dizer que, em dois mil e doze a dívida era de vinte e nove milhões de euros e que o atual executivo camarário herdou uma dívida de vinte e seis milhões de euros, o que também é uma redução digna de felicitações. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD), em jeito de resposta ao deputado André Matias, diz não ter entendido a sua intervenção, porque não pôs em causa as contas e nem a redução da dívida, o que fez foi relacionar uma coisa com a outra. E tornou a aludir aos gráficos reproduzidos no relatório e contas: “o gráfico de redução da dívida tem tudo a ver com o gráfico do investimento.”. E acrescenta: “a Câmara poupou, pagou dívida, não fez investimento.”. Depois, em relação ao FAM, diz que também lhe custa pagar o incumprimento dos outros, sobretudo ser solidário com pessoas que não gerem bem as suas contas. E acrescenta: “mas isso é exatamente o que dizem os Alemães de nós, portanto é preciso ter um pouco mais de cuidado com aquilo que se diz, porque não pode haver dois pesos e duas medidas.”. Seguidamente alude às contas apresentadas pelo ROC, sobretudo insiste na existência com o aumento de custos com o pessoal, no que foi novamente esclarecido pelo senhor vice-presidente. Deixou ainda um pedido de informação sobre “os apartes e reservas do ROC”. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço informou que um aspeto que consta dos apartes e reservas, que muito preocupa o executivo, prende-se com o IVA da Termalístur: “política à parte, porque é um problema que nos preocupa a todos e que já vem de dois mil e dez, peço a ajuda de todos, porque é uma situação de tal forma aberrante, que pode pôr em causa, não apenas as Termas de S. Pedro do Sul, mas todas as termas do país.”. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) mencionou que: “os quinze milhões de euros da Câmara Municipal, dívida consolidada com a Termalístur dos vinte e cinco milhões de euros, são coisas que, ao tempo, e corrijam-me se estou enganado, a mim me faziam alguma confusão, porque, se agora temos um Conselho de Administração da Termalístur, que é diferente do da Câmara Municipal, ao tempo, os estatutos da Termalístur foram alterados para que um vereador da Câmara Municipal pudesse ser administrador da Termalístur. E isto é uma coisa que me faz muita espécie, porque a empresa municipal nunca foi gerida por um corpo administrativo diferente do corpo de vereadores, o que aumenta o nível de responsabilidade da dívida.”. Depois, ao senhor deputado Mário Almeida, com toda a consideração, considera ter



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois discursos: “é o discurso do senhor deputado Mário Almeida na Assembleia Municipal e o discurso do senhor deputado Mário Almeida fora da Assembleia Municipal.”.O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço sintetizou as informações vertidas no relatório e contas como sendo claras e inequívocas. Sobre o que disse o deputado municipal Pedro Figueiredo em relação a uns números: “esses números não estão corretos, porque nós, quando começamos, tínhamos uma dívida de doze milhões de euros na Câmara Municipal e catorze milhões de euros na Termalístur. E, no momento, temos nove milhões de euros na Câmara Municipal e treze milhões de euros na Termalístur.”. Depois informou que, desde dois mil e nove, em que a dívida era de quinze milhões de euros, nunca houve uma redução efetiva, sendo que, de dois mil e onze para dois mil e doze, houve uma redução de um milhão e setecentos mil euros, facto que o Partido Socialista assinalou com a declaração de voto relatada. E pediu ao Partido Social Democrata para reconhecer o mesmo mérito com igual declaração de voto. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **maioria**, com **19 votos a favor** dos deputados municipais Vítor Manuel Coelho Barros (PS), João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Manuel Gomes Ferreira (PS), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), e **15 abstenções** dos deputados municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Manuel Augusto Almeida Leitão (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Mário António de Almeida (PSD), Pedro Miguel Pereira Figueiredo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD) António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), e Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), aprovar a proposta mencionada em título.-----

**3.8 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – ELEIÇÃO DO RRESPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA (ARTIGO 9.º, 1, e) DO RESPETIVO REGULAMENTO) E NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DA EQUIPA TÉCNICA (ARTIGO 8.º, 1, b) DO MESMO REGULAMENTO); -----**



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O conceito de “nomeação” para a coordenação da equipa técnica suscitou dúvidas, levando a uma intervenção Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), que disse: “há aqui o que me parece ser alguma incongruência, porque, lendo o extrato da reunião de Câmara, é dito que foi deliberado remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para: 1. aprovação de regulamento; 2. nomear o coordenador da equipa técnica já aludida, ora, não sei até que ponto é que a Assembleia nomeia, o termo nomear não me parece correto; 3. eleger um representante dos presidentes de Junta de Freguesia, e esta parte está correta. Assim, eleger não é a mesma coisa que nomear, portanto há aqui esta incongruência que penso ter de ser ressaltada e resolvida antes de se votar.”. No seguimento, o Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço sugeriu que: Podemos votar hoje o representante dos presidentes de Junta de Freguesia e propor à Câmara Municipal a alteração estatutária de nomeação para eleição do representante do coordenador da equipa técnica, levando essa votação à próxima Assembleia Municipal.”.O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita, nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 19 (dezanove) votos

- Lista B – 15 (treze) votos

Perante a votação, ficou eleito para representante das Juntas de Freguesia no Orçamento Participativo:

- António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes -----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.3 ao ponto 3.8 tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 19h30, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

**OS SECRETÁRIOS,**